

***ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
CONANDA***

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e seis, na Sala de Reunião do Ministério da Justiça, Anexo II, deu-se início a 136ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pelo Senhor Presidente José Fernando da Silva, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e contou com a presença dos conselheiros titulares: Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores (titular nesta Assembléia); Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Helder Delena, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Lodi Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; José Eduardo Elias Romão, Ministério da Justiça; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Ivanildo Tarjara Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Sandra Denise Pagel, Ministério da Educação; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura; Mariana Bandeira de Mello, Casa Civil da Presidência da República; Mariângela Fialek, Ministério do Esporte; Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Deuzinea da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Paulo Marques, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conselheiros Suplentes Não Governamentais: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; José Ricardo Calza Caporal, Associação Cristã de Moços; Karina Aparecida Figueiredo, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes; Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia.

**I – Aprovação da Pauta de Trabalho:** A Pauta de trabalho foi submetida à plenária, tendo, a mesma, sido aprovada por todos com a inclusão do item Relatório da Febem São Paulo.

**II - Aprovação da Ata da 134ª Assembléia Ordinária e da 135ª Assembléia Extraordinária do Conanda:** As Atas das 134ª e 135ª Assembléias Ordinária e Extraordinária do Conanda foram aprovadas com correções pertinentes.

**III – Participação do Senhor Secretário Especial dos Direitos Humanos – Ministro Paulo de Tarso Vannuchi:** O Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Senhor. Ministro e em seguida foram feitas as apresentações formais dos presentes. O Senhor Ministro saudou a todos, reafirmando o seu compromisso para com as ações da SEDH e do Conanda, que tiveram início na gestão de seus antecessores Nilmário Miranda e Mário Mamede. Fez uma breve retrospectiva da trajetória dos seus quarenta anos de

militância nas questões ligadas aos direitos humanos, embora sua formação acadêmica fosse na área de Jornalismo e Ciência Política. Citou como exemplo de militância a sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Terra, Criação do Partido dos Trabalhadores, Criação do Instituto da Cidadania, Assessoria aos projetos de criação da Política Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude, entre outras. Com o retorno da SEDH ao seu Status de origem fora convidado para assumir aquela Pasta. Ressaltou a importância do seu papel de Articulador Político, enfatizando o seu desejo de, na medida do possível, participar das Assembléias do Conanda para dialogar, pactuar e levar as ações articuladas do Conanda a todas as instâncias necessárias e vice-versa, sempre sintonizado com os discursos do Senhor Presidente da República. Nesse sentido, ressaltou que já manteve articulações com os Ministros da Fazenda, Casa Civil e Planejamento, para discutir as questões orçamentárias da SEDH, já existindo uma sinalização favorável com uma previsão escalonada de suplementação de recursos. Informou que já tomou conhecimento de algumas ações importantes na área da criança e do adolescente citando como exemplo o Sinase, o Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, o Plano Nacional Projeto Presidente Amigo da Criança e do Adolescente e o Projeto sobre Criança Desaparecidas em parceria com a Caixa. Nesse sentido se propôs envidar todos os esforços necessários para a concretização dos mesmos. O conselheiro Renato saudou o Senhor Ministro e solicitou informações sobre o andamento da implantação do Sistema Nacional dos Direitos Humanos e a sua interface com a população infanto-juvenil, alegando que alguns temas sobre crianças e adolescentes são continentais, necessitando urgência nas decisões. Ressaltou a necessidade de se fazer o monitoramento desses direitos através do Sistema Nacional. A conselheira Elisabete falou das excelentes referências do Senhor Ministro pela sua seriedade e biografia. Pediu para que os direitos da criança e do adolescente tivessem a mesma importância que as demais políticas no orçamento público e que, neste exercício, o contingenciamento de recurso nesta área fosse zero. Alegou, que é dever do Conselho municiá-lo nas questões ligadas a crianças e adolescentes e que todas as ações nesta área deveriam ser ações da sociedade. A conselheira Maria Izabel externou a sua felicidade pela indicação do Senhor Ministro, ressaltando a sua capacidade de interlocução e que, isto, poderá ajudá-lo a avançar através da intersectorialidade das ações com os demais ministérios. Salientou sobre a importância da prioridade absoluta para com os recursos do orçamento criança na implantação do Sinase e na realização em outras ações específicas da área. O conselheiro José Eduardo, falou da respeitabilidade do Senhor Ministro para conduzir a Pasta e também da importância em garantir o orçamento para a área da criança e do adolescente. O conselheiro Pedro deu às boas-vindas destacando a interlocução, a atenção aos projetos que estão tramitando na contra mão no Congresso Nacional e das providências necessárias para liberação de recursos evitando-se os atropelos com a aprovação de projetos no final de exercício, causando grandes transtornos. A conselheira Marta também enalteceu a trajetória do Senhor Ministro, solicitando que fosse priorizado o Plano Nacional dos Direitos Humanos e a atenção integral para crianças e adolescentes. Finalizando, o Senhor Ministro agradeceu a todos pela acolhida destacando a importância de se criar um canal de comunicação entre a SEDH e o Conanda. Fez questão de dizer que registrara todos os pontos abordados, comprometendo-se a dar os devidos encaminhamentos no sentido de que, a Política Nacional dos Direitos Humanos, seja uma política de nação. O Presidente José Fernando agradeceu a presença do Senhor Ministro e em seguida deu continuidade aos trabalhos do dia. O conselheiro Amarildo aproveitou a oportunidade para informar o acolhimento da Corte Interamericana pela qual solicitava ao Estado Brasileiro que

adotasse medidas cautelares para proteger a vida e a integridade pessoal dos adolescentes que cumprem medidas sócioeducativas de internação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE. Informou que o pedido fora feito pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, visto que desde o ano de mil novecentos e noventa e dois, imperava a omissão e o descaso do Distrito Federal para com os jovens daquele Centro. Falou ainda dos processos em tramitação sobre a Febem São Paulo pela Corte Interamericana e das dificuldades do Governo Brasileiro para intermediar essa questão com o Governo de São Paulo. O conselheiro informou também sobre os últimos acontecimentos nas negociações do Disque Denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, fazendo um breve histórico do programa desde a sua implantação com a utilização do telefone **0800990500**. Esclareceu que o contrato fora encerrado e, para a sua renovação, houve necessidade dos trâmites legais de licitação, vencendo a operadora Brasil Telecom. Com isto haveria necessidade de alteração do número do telefone a partir do mês de março, pois a nova operadora não aceitava prorrogar o prazo. Para o conselheiro este fato irá gerar sérios problemas aos usuários. O conselheiro considerou também a necessidade de se programar uma grande campanha de esclarecimento ao usuário para depois do carnaval, à fim de contornar o problema. Vários conselheiros demonstraram suas preocupações quanto ao assunto, propondo que se buscasse alternativas tecnológicas no tocante a mudança do número do telefone e que fosse negociado um prazo maior para a efetivação da mudança caso contrário, haveria grande prejuízo ao usuário no tocante as denúncias. Foi proposto ainda que o problema não fosse tratado somente quanto às questões contratuais, mas que se buscasse o apoio de outros órgãos para intermediar as negociações citando como exemplo, a Casa Civil da Presidência da República na busca de uma solução mais adequada. Por fim, o conselheiro Amarildo informou sobre o recebimento do Relatório do Programa Bolsa Família solicitando que o Conanda se pronunciasse com relação à frequência dos beneficiários ao Programa. A proposta apresentada desencadeou amplo debate, tendo sido apresentada várias proposições sobre o assunto. Após o debate dessas proposições, foi deliberado por consenso que os conselheiros Cláudio e Júlia se reunissem com os representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SEDH para discutir a proposta aprovada pela plenária de se encaminhar o documento ao Ministério Público Estadual de cada Unidade Federada, por considerá-lo assunto de sua competência. Prosseguindo os trabalhos a conselheira Elisabete propôs que o Conanda se pronunciasse sobre o alto índice de violência que vem ocorrendo contra crianças e adolescentes nos últimos tempos com repercussões nacionais e internacionais. A proposta fora aprovada, com a sugestão de criação de um grupo de trabalho composto pelos conselheiros Elisabete, Renato e Alda para elaborarem documento sobre o assunto a ser aprovado ainda nesta Assembléia. **III – Aprovação do Relatório da Febem São Paulo:** O Senhor Presidente abordou os principais pontos que nortearam a reelaboração do documento, tendo sido sugerido pela plenária que fosse feita a leitura somente das recomendações e dos encaminhamentos propostos. Durante a leitura foram sugeridas várias alterações de texto, tendo sido o relatório aprovado com os ajustes propostos. Foi aprovado que o referido documento deverá ser encaminhados aos seguintes órgãos: Corte Interamericana de Direitos Humanos/OEA, Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Governo do Estado de São Paulo, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, Conselho

Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, Comissão Teotônio Vilela, CEGIL, Presidência da Febem São Paulo, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, Associação Estadual dos Conselhos Tutelares de São Paulo e Fórum Nacional DCA. Foi aprovado ainda que, os conselheiros Cláudio e Júlia, integrantes do Grupo de Trabalho sobre Medidas Sócioeducativas da Comissão de Políticas Públicas, fizessem análise do Plano de Trabalho Estadual de Atendimento de Medidas Sócioeducativas enviado pela Febem de São Paulo, cujo resultado deverá ser apresentado na Assembléia do mês de março próximo, assim como as propostas de encaminhamentos para deliberação da plenária.

**IV – Eleição da Presidência do Conanda:** O Senhor Presidente José Fernando fez um breve relato sobre a questão da alternância da Presidência no Conselho, em vigor desde o ano de mil novecentos e noventa e nove e que a partir daí a mesma vem ocorrendo através do rodízio ou por consenso para reeleição e que a mesma sempre ocorria na primeira Assembléia do ano. O conselheiro Amarildo informou que desde a posse do Senhor Ministro na SEDH era feito à ele o relato das atividades do Conanda, inclusive sobre a eleição. O conselheiro informou que o Senhor Ministro havia solicitado uma avaliação da situação e que a mesma fosse compartilhada com todos os conselheiros governamentais e que esta avaliação ocorrera um dia antes da Assembléia. Neste sentido, ele entendia que por estar assumindo agora a SEDH a Presidência deveria continuar com a Sociedade Civil, com ressalvas de que o rodízio em outras circunstâncias continuasse sendo anual. Solicitou também, que fosse dada continuidade à dinâmica estabelecida pela Presidência, voltada para o debate intenso e aberto, por considerá-la satisfatória. O Secretário de Articulação do Fórum Nacional DCA, Sr. Itamar falou em nome da Sociedade Civil, alegando que a mesma também havia feito uma avaliação sobre o processo de eleição e a conclusão fora pela continuidade da Presidência pela sociedade civil e que fora proposto o nome do atual Presidente José Fernando para continuidade de mais um mandato. O conselheiro Cláudio propôs a continuidade dessa discussão, tendo em vista a dificuldade crônica quanto a representação governamental, tanto nas Assembléias, como nas Comissões Temáticas e que as ausências refletiram na VI Conferência Nacional. Quanto à reafirmação do rodízio ressaltou que o acordo permanecerá para o próximo governo, ao qual estará com novos representantes, assim como a sociedade civil que também terá eleição para novos mandatos em dois mil e sete. Ressaltou ainda que, o Conanda tinha uma agenda importante a ser cumprida neste exercício, citando como exemplo a recomposição do orçamento e o orçamento do Sinase. Por fim falou da fragilidade do Conselho para a implantação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e que, a Presidência sozinha não fazia nada, sendo importante a participação de todos. O conselheiro Romão falou da representação governamental, da composição igualitária e da necessidade de uma melhor organização dos dias e horários das reuniões, alegando a necessidade de um reequilíbrio na execução das ações. Toda a sua fala foi apontada para a organização de um Conselho forte e atuante. Em nome dos conselheiros governamentais, propôs o nome do conselheiro Amarildo para continuar na Vice Presidência e o nome do conselheiro José Fernando na Presidência. As indicações propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo sido eleito o conselheiro José Fernando da Silva para Presidente e o conselheiro Amarildo Baesso para Vice Presidente, no mandato de um ano. Ambos agradeceram os votos de confiança comprometendo-se continuar com os desafios para o cumprimento da agenda proposta.

**Reunião das Comissões Temáticas:** No período da tarde os integrantes das Comissões

Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação.

**Relato das Comissões Temáticas:** No dia dezesseis de fevereiro os trabalhos tiveram continuidade com os relatos das Comissões Temáticas que depois de debatidos pela plenária, tiveram as seguintes deliberações: **1) Comissão de Legislação e Regulamentação:** a) Seminário Legislativo para debater os Projetos de Lei sobre crianças e adolescentes que tramitam no Congresso Nacional: Fora aprovado que no período entre vinte e quatro de fevereiro até final do mês de abril serão feitos contatos com as instituições parceiras: Fórum Nacional PETI, OAB, ABMP e ANCED, para análise temática dos Projetos selecionados e, repassados os Projetos para primeira filtragem e posteriormente a análise aprofundada dos Projetos filtrados. A Secretaria Executiva deverá viabilizar os meios para realização do Seminário. No mês de maio e junho serão feitos os preparativos para a realização do Seminário que deverá ocorrer no dia vinte e cinco de junho de dois mil e seis; **b) Classificação Indicativa:** Na reunião da Comissão no mês de março será efetuada análise do documento sobre a classificação indicativa (resultado da consulta pública sobre TV) juntamente com a Comissão de Políticas Públicas e na Assembléia do mês de abril, deliberação do documento pela plenária do Conselho; **c) Projeto de Lei de Adoção:** a conselheira Marta deverá obter informações sobre o novo projeto que está tramitando no Congresso Nacional e, a Secretaria Executiva solicitar informações ao Gabinete da Deputada Maria do Rosário a respeito do andamento da tramitação do Projeto de Adoção de sua autoria no Congresso Nacional. **O** conselheiro Cláudio deverá enviar à Comissão a tabela de pagamento feito às famílias substituta que vem sendo adotada no Rio de Janeiro; **d) Regimento Interno:** A atualização do Regimento Interno do Conanda deverá ocorrer no máximo até o próximo mês de agosto; **e) Medidas Cautelares:** A análise das Cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteção dos adolescentes privados de liberdade no CAJE-DF, deverá ocorrer até o mês de abril vindouro.

**2 Comissão de Articulação e Comunicação:** **a) Resolução nº 105:** A Secretaria Executiva deverá providenciar etiqueta de erratas para colocar nas publicações que ainda não foram distribuídas; colocar a errata no site do Conanda [www.presidencia.gov.br/sedh/conanda](http://www.presidencia.gov.br/sedh/conanda) e enviar correspondência aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente informando sobre a errata; **b) Parâmetros de Formação:** A Secretaria Executiva do Conanda circulará a última versão do documento aos conselheiros para deliberação na Assembléia do mês de março próximo e até o mês de abril deverá fazer a publicação e edição do documento. **c) Debate sobre Conselho Tutelar:** Realizar um debate interno no Conanda, na tarde do dia sete de março, com a consultoria do Senhor. Wanderlino Nogueira. A Secretaria Executiva deverá fazer contato com o consultor para saber da sua disponibilidade no dia e horário indicados e no caso positivo, enviar cópia dos Projetos de alteração do Conselho Tutelar que estão tramitando no Congresso Nacional bem como, solicitar a ele documento sobre as primeiras discussões que deram origem ao Conselho Tutelar por ocasião da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Deverá ser solicitado ainda, que ele apresente os pontos principais para discussões que deverão nortear a reflexão interna do Conanda. Após este debate o Conselho deverá decidir se haverá ou não a realização do Seminário Nacional com os Conselhos Tutelares; **d) Projeto Andi:** Foi informado que até a presente data a Andi não havia apresentado o Projeto para conveniamento; **e) VIII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (das Capitais) e representações dos Conselhos Tutelares:** A data definida para a sua realização foi até o mês de agosto vindouro. A Secretaria Executiva deverá

examinar a questão do orçamento para a realização do evento e a Comissão de Articulação e Comunicação deverá apresentar proposta de programação do evento na plenária do mês de abril próximo; **f) Pró-Conselho Brasil:** A conselheira Maria das Graças deverá apresentar até o mês de abril, uma avaliação do andamento dos quatro Projetos que integram o Programa Pró-Conselho Brasil; **g) Oficinas de capacitação com a Fundação Telefônica/Risolidária:** A assessora Júlia juntamente com a coordenadora da Comissão farão levantamento da situação da parceria e informarão o resultado na Assembléia do próximo mês de março. Com relação as propostas apresentadas pela Comissão para elaboração dos parâmetros de criação e funcionamentos dos fundos e repasse de recursos fundo a fundo, ficou acertado que as assessoras Júlia, Bernadete e Graça juntamente com a Secretaria Executiva farão as devidas compatibilizações das datas propostas pelas demais Comissões para deliberação na próxima plenária. **3 Comissão de Políticas Públicas:** **a) 7º Fórum de Defesa da Saúde da Criança e Adolescente Indígenas:** A Comissão deverá indicar até o mês de março o nome de um conselheiro para participar do evento que será realizado no dia dezoito de abril na Cidade de Boa Vista – Roraima; **b) Escola de Fabrica / Decreto sobre o Adolescente Aprendiz:** A Comissão propôs a realização oficina sobre o decreto de aprendizagem e consórcio da juventude no mês de abril, mas a data não foi fechada havendo necessidade de compatibilização da agenda do Conselho; **c) Oficina interna sobre criança e adolescente indígena:** As conselheiras Alda e Beatriz farão uma oficina interna no mês de abril para discutir os direitos da criança e adolescente indígenas; **d) Assembléia Ampliada:** A coordenadora Tereza fará as articulações com a SPDCA para definir a viabilidade ou não da realização de Assembléia Ampliada no dia dezoito de maio na Cidade de Manaus – AM e apresentar o resultado na próxima Assembléia para deliberação; **e) Bolsa Família:** Os conselheiros Cláudio e Júlia deverão se reunir com representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Especial dos Direitos Humanos para discutir a proposta do Conanda de encaminhar o documento ao Ministério Público Estadual de todas as Unidades Federadas, por considerar assunto de sua competência; **f): Seminário Quilombinho:** A data proposta pela Comissão não foi fechada, necessitando compatibilizar as agendas para definir na próxima plenária; **g) Sinase:** A SPDCA irá finalizar a redação do documento Sinase até próximo mês de março e enviá-lo aos conselheiros para as devidas adequações do texto em relação ao que já fora aprovado em Assembléia; **h): Representação do Conanda:** A Secretaria Executiva deverá efetuar levantamento das representações dos conselheiros em grupos de trabalho interno e externo e apresentá-lo na próxima Assembléia; **i): Projetos de Lei:** A Secretaria Executiva deverá encaminhar ofício aos Ministérios juntamente com a relação dos Projetos de Leis selecionados para o Seminário Legislativo, para saber se já há pareceres alusivos aos mesmos por parte dos Ministérios; **j) Convivência familiar e Comunitária:** **O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária** deverá aguardar o resultado da reunião do CNAS para novos encaminhamentos; **l) Diretrizes Nacionais:** As conselheiras Tereza e Júlia Deptulski farão a revisão do documento, levando-se em conta o resultado da VI Conferência Nacional; **m): CPMI:** A Presidência do Conanda deverá fazer contatos com a coordenação da Frente Parlamentar para avaliar a possibilidade de criação da CPMI sobre adolescentes privados de liberdade no exercício de dois mil e seis; **n) Projeto de Lei de Execução das MSE:** A Secretaria Executiva do Conanda encaminhará aos conselheiros a última versão aprovada com a exposição de motivos do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócioeducativas. O Conanda deverá analisar o momento político

no Congresso Nacional para decidir até o mês de março se deverá ou não enviar o Projeto. Posteriormente, o Conselho deverá agendar para o mês de abril, reunião da Presidência do Conanda com o Ministro Paulo Vannuchi e representantes do Fonacriad e da ABMP, para os acertos políticos quanto a apresentação do Projeto no Congresso Nacional; **4) Comissão de Orçamento e Finanças:** **a)** A Comissão deverá retomar as discussões das Resoluções setenta e seis e oitenta e um do Conanda para estabelecer regra única de captação de recursos ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente-FNCA; **b)** A Secretaria Executiva do Conanda deverá apresentar até a próxima Assembléia calendário do Ciclo Orçamentário do Governo Federal, considerando a revisão do PPA / 2004-2007 e prazos para elaboração da LDO e LOA / 2007; **c)** Pautar duas Assembléias do Conanda para acompanhamento da execução orçamentária dos Ministérios nas políticas da área da criança e do adolescente. As reuniões foram previstas para os meses de junho e novembro do presente exercício; **d)** Convidar o INESC para debater a questão do orçamento do FNCA, na reunião do próximo mês de abril; **e)** Elaborar critérios para aplicação dos recursos do Fundo Nacional do exercício de dois mil e seis; **e)** Dar continuidade ao acompanhamento do Projeto de Lei da Unafisco (doações ao Fia) no Congresso Nacional; **f)** Apresentação do relatório de avaliação sobre os Projetos financiados com recursos da Petrobrás, pela coordenação da equipe de avaliação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ na plenária do mês de março; **g)** Elaborar mapa dos Projetos financiados com recursos da SPDCA e FNCA, desde o exercício de mil novecentos e noventa e oito. **Interface entre as Comissões de Orçamento e Finanças, Legislação e Regulamentação e Articulação e Comunicação:** **a)** Fundos para a Infância e Adolescência (Nacional, Distrital, Estadual e Municipal). Será feita a compatibilização das agendas para a elaboração dos parâmetros para a criação e funcionamento dos fundos e a regulamentação para transferência de fundo a fundo; **b).** A Secretaria Executiva do Conanda deverá fazer contatos com o Consultor Mauricio Vian para saber de sua disponibilidade para realização de oficina interna do Conselho a fim de iniciar o debate e a definição de uma agenda política para elaboração da Resolução sobre o tema. **Outros Encaminhamentos:** A Secretaria Executiva deverá encaminhar ao Ministério Público Federal ofício de apoio do Conanda ao Relatório do GT/CDDPH sobre o Grupo de Extermínio do Ceará. **Avaliação da VI Conferência Nacional:** **a) Pontos positivos:** empenho da Comissão Organizadora, sociedade civil ter se posicionado na questão do descontingenciamento dos recursos, atendimento médico, participação do Fórum de Saúde Mental, participação dos adolescentes, crescimento e aprimoramento, temas positivos alimentação e local; **b) Pontos negativos:** mesa de abertura com problemas no som, nas falas e na composição, logística, (o material entregue fora do credenciamento causou tumulto e descontentamento), baixo comprometimento de alguns participantes do evento. falta de clareza das competências da Empresa Aplauso que executou o evento, e, também, falta de profissionalismo da mesma perdendo-se na qualidade do evento, ausência da Mídia, necessidade de estabelecer melhor o perfil dos coordenadores de mesa, devolução de recursos destinados a Conferência, grupos lotados, esvaziamento das plenárias desmotivação e descompromisso dos participantes, constrangimento dos facilitadores, decisões do Conanda que não foram encaminhadas, ausência dos conselheiros governamentais, ausência do Secretário Executivo do Conanda, (foi feita reflexão se era positivo para o desenvolvimento das ações do Conanda o acúmulo de funções exercidas pelo Secretário Executivo do Conselho), ausência do Presidente da República, sem justificativa e nem representação, falta das

pastas, problemas com o cerimonial, programação muito extensa, não houve avanços em relação as demais Conferências, o tema Orientação Sexual foi mal trabalhado pelos Estados, marcação de passagens, demora na definição do orçamento da Conferência acarretando uma série de problemas na estrutura do evento, questões estratégicas (muitos responsáveis no comando do evento gerou uma série de confusões e informações desencontradas), estande governamental (perdeu-se o controle porque muitos Ministérios não informaram os materiais que seriam distribuídos com antecedência, chegando material a toda hora e com isto os participantes não ficavam no auditório ou nos grupos, mas sim pegando os materiais que estavam sendo distribuídos aleatoriamente), facilitadores voluntários deram problemas porque desistiam na última hora, necessidade de se discutir qual o significado das conferências.. **Sugestões Apresentadas:** aproveitar os espaços de intersetorialidade, redesenhar a metodologia das Conferências nacional, distrital, estadual e municipal e apresentar o resultado no Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos e envolver mais os adolescentes na organização da Conferência Nacional. Após a avaliação fora criado um Grupo de Trabalho composto pelos conselheiros José Fernando, Tereza, Joisiane, Marta e Amarildo para apresentar na Assembléia do mês de abril proposta de encaminhamentos das deliberações da VI Conferência Nacional e outro Grupo de Trabalho para produzir documento com novo desenho da metodologia para a VII Conferência Nacional, abordando os sentidos e os significados da realização das Conferências. O GT será formado pelos conselheiros Renato, José Eduardo e Maria das Graças (esta última deverá ser consultada visto que a mesma já havia se retirado do plenário) **Aprovação do Manifesto do Conanda:** A conselheira Elisabete fez a leitura do documento contendo o manifesto que levou o titulo: **Cuidado, proteção e justiça para as crianças brasileiras** o qual foi aprovado por unanimidade. Foi aprovado também que o referido documento deverá ser colocado no site do Conanda [www.presidencia.gov.br/sedh/conanda](http://www.presidencia.gov.br/sedh/conanda), bem como enviá-lo à Andi e aos Conselhos Estaduais dos Direitos. O Senhor Tarcizio aproveitou para informar que havia feito um dossiê contendo matérias jornalísticas sobre violências contra crianças e adolescentes acontecidas depois do caso “Letícia”, de Belo Horizonte, e que, o mesmo, ficaria a disposição do Conanda. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

José Fernando da Silva

Presidente do Conanda